



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA

PARECER JURÍDICO PRÉVIO

Processo nº 9.925/2022

Assunto: Projeto de Lei nº 036/2022

PARECER OPINATIVO. Processo Legislativo. Altera a Lei nº 1.459, de 05 de abril de 2012. Diária. Projeto de Lei 036/2022. Competência legislativa dada pelo inciso I do art. 10 da LOM e I do art. 30, da CF/88. Inexistência de violação à regra ou princípio constitucional.

I – RELATÓRIO

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Lei nº 036/2022, de iniciativa do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 1.459, de 05 de abril de 2012”, encaminhado a esta Procuradoria para fins de emissão de parecer jurídico prévio.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A – ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL

A.1 – Competência legislativa para dispor sobre a matéria e competência de Iniciativa.

Cumprido ressaltar que o exame a ser realizado sobre a presente proposta cingir-se-á aos aspectos estritamente jurídicos, especialmente com suporte nas matrizes constitucionais e legais que norteiam o processo legislante pátrio. Com efeito, não incumbe à Procuradoria invadir o mérito da proposição legislativa, muito menos imiscuir-se em questões que dizem respeito tão somente aos critérios políticos e de oportunidade e conveniência desta Casa de Leis.

Segundo a justificativa apresentada, a propositura objetiva atualizar os valores de diária para Prefeito, Vice Prefeito, Secretários e demais Servidores Municipais efetivos e comissionados.

Expõe que a diária é uma indenização que faz jus o servidor em caráter efetivo ou temporário ou agente político que, no exercício da função, por motivo de serviço, evento, curso, simpósio, congresso entre outros, se afastarem da sede do Município.





CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA

Neste sentido, a concessão de diária possui natureza indenizatória, ou seja, sua concessão é destinada para suprir despesas com hospedagem, alimentação e locomoção.

Por fim, expõe que os valores realizados no Município se encontram defasados, por serem os mesmos desde de 2012, o que faz o servidor retirar do seu próprio bolso para complementar as despesas que lhe são extraordinárias pelo exercício de sua função fora da sede.

Quanto à Constitucionalidade Formal, não há que se discutir, tendo em vista que cabe ao Executivo a iniciativa da presente Matéria conforme art. 10, I da Lei Orgânica Municipal.

Art. 10 Compete ao Município, privativamente, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Nos termos do Regimento Interno – RI, Resolução nº 391/2020, há a atribuição do Plenário, nos seguintes termos:

Art. 179. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário.

Art. 180 As proposições consistirão em:

[...]

II - projetos de lei;

Assim, o Executivo Municipal, propôs o Projeto de Lei que altera a Lei Municipal nº 1.459 de 05 de abril de 2012, no que concerne aos valores das Diárias, sob a justificativa de que os valores atuais estão defasados, sendo necessário sua revisão.

Nesse sentido, constatamos que o Executivo Municipal se serviu da prerrogativa a ele reconhecida pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno da Cameral para iniciar privativamente o processo legislativo, em matérias tais como as verificadas no presente projeto, de modo que, nada há quanto a este requisito, que possa macular a constitucionalidade do respectivo projeto de lei.

A.2 – Espécie normativa.

O artigo 47 da Lei Orgânica prevê as matérias cabíveis a Lei Complementar, não estando incluída o objeto do presente projeto, devendo, portanto seguir como matéria de Lei Ordinária, nos termos inciso III, do art. 44, da LOM. Em que pesse constar no corpo da Lei (art. 3º), a menção “Lei complementar”, observa-se que o objeto da presente Lei, não está prevista no art. 47, da LOM.

A.3 – Regime inicial de tramitação da matéria, quórum para sua aprovação e processo de votação a ser utilizado.





CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA

Inicialmente, quanto ao processo legislativo, a tramitação das matérias, o Regimento Interno - RI prevê a manifestação da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento e por fim Comissão Permanente Legislação, Justiça e Redação Final, após manifestação da Procuradoria (§2º do art. 227, RI)

Como já mencionado acima, a presente proposição atende aos requisitos de Lei Ordinária, cabendo a deliberação constituir por maioria simples do Plenário e por processo simbólico (§2º, do art. 36 e § 1º, do art. 246, ambos do RI).

B – JURIDICIDADE E LEGALIDADE

A despeito dos requisitos acima elencados, pode-se depreender que a presente proposição respeita as demais formalidades previstas na Lei Orgânica Municipal.

No âmbito da legalidade e juridicidade a presente propositura baseia-se na elaboração de Lei Ordinária, objetivando alterar a Lei Municipal nº 1.459 de 05 de abril de 2012.

Neste contexto, vislumbra-se a total conformidade desta proposta com o ordenamento jurídico, devendo ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes desta Casa de Leis, após a manifestação da Procuradoria Legislativa.

Verifica-se que no Anexo I, nas viagens Internacionais, os valores correspondentes das diárias, estão referenciados na moeda norte-americana “dólar”, assim, cabe ao próprio Ordenador de Despesas, a previsão legal em Lei Orçamentária específica, a legalidade do pagamento em moeda que não seja nacional, ou seja, o Real, neste viés, o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, o qual Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências, de igual forma, concede o pagamento de diárias em moeda norte-americana, “dólar” ou em “euro” (art. 1º, § 2º), para viagens internacionais.

C- Do Parecer Contábil

Persistindo dúvida quanto ao aspecto contábil, financeiro e orçamentário do projeto de Lei em análise a Procuradoria-Geral recomenda aos Vereadores, em especial aos membros da Comissão permanente de Finanças e Orçamento, que solicitem parecer ou orientação técnica junto ao setor contábil desta Casa de leis.

D – TÉCNICA LEGISLATIVA

A elaboração de leis no Brasil deve observar a técnica legislativa adequada, de acordo com o regramento previsto na Lei Complementar nº. 95/1998, em obediência ao disposto no parágrafo único do artigo 59 da Constituição da República.





CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA

No caso em exame, houve obediência ao art. 3º da LC nº 95/98, porquanto a proposição foi estruturada em três partes básicas: parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a emenda, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas; parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada; e parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.

Atendidas as regras do art. 7º da LC nº 95/98, pois a proposição não contém matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão, o âmbito de aplicação da lei está estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva, e o mesmo assunto não está sendo disciplinado por mais de uma lei.

A vigência da proposição está indicada de maneira expressa (art. 8º da LC 95/98).

Cumpridas as regras do art. 10, porquanto, no texto da proposição, a unidade básica de articulação é o artigo, indicado pela abreviatura “Art.”, seguida de numeração ordinal.

Respeitadas também as regras do caput e do inciso I do art. 11, pois as disposições normativas foram redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, e, para obtenção de clareza, foram usadas as palavras e as expressões em seu sentido comum e frases curtas e concisas, foram construídas as orações na ordem direta, evitando-se preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis, buscou-se a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando-se preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente, e foram usados os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando-se os abusos de carácter estilístico.

Não foi descumprida a regra prevista no inciso III do art. 11 da Lei Complementar nº 95/98, pois, para obtenção de ordem lógica. A referida Lei Complementar foi regulamentada através do Decreto Federal nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, o qual prevê a formatação das leis em geral, devendo, portanto, quando da Redação Final, realizada através da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (art. 249, RI) ser devidamente observado.

III – PROPOSTA DE EMENDA

Em análise ao artigo 47 da Lei Orgânica Municipal, nota-se que o rol não apresenta como matéria de Lei Complementar o abordado pelo presente Projeto de Lei. Deste modo, recomenda-se a elaboração de Emenda Modificativa, no Art. 3º, modificando-se o texto presente de “Lei Complementar” para “Lei Ordinária”.

Por trata-se de projeto de lei que implica na concessão de valores/recursos públicos, recomenda-se que o mesmo seja encaminhado ao Analista Contábil desta Casa Legislativa, para análise e emissão de parecer.





CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA

IV - DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador. ” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.).

Diante disso, Opina-se com as ressalvas acima transcritas, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal pela constitucionalidade, admissibilidade, legalidade e juridicidade, e boa técnica legislativa do Projeto, nele não encontrando qualquer vício referente à competência municipal para legislar sobre a matéria.

É o entendimento que se submete à consideração superior.

Boa Esperança – ES, 18 de agosto de 2022.

ELIANE FREDERICO PINTO
Procuradora Geral Legislativa
OAB/ES 23.712

